



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
AV. DR. ABRAHÃO RIBEIRO, 313, São Paulo-SP - CEP 01133-020
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1028497-51.2023.8.26.0050**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Difamação**
 Documento de Origem: **Tipo de Documento dos Dados da Delegacia**
 Autor e Querelante: **Justiça Pública e outro**
 Querelado: **Luan Araujo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FABRICIO REALI ZIA**

Vistos.

Dispensado o relatório, nos termos do art. 81, §3º, da Lei 9.099/95.

Fundamento e DECIDO.

Antes de apreciar a causa, é de rigor esclarecer que o objeto desta queixa-crime não possui relação com o ocorrido entre as partes no dia 29 de outubro 2022, às vésperas da eleição, fato de repercussão nacional e amplamente noticiado pela imprensa. Quanto àquele evento, a ora querelante, Carla Zambelli, tem foro por prerrogativa de função por ser Deputada Federal e está sendo julgada pelo Supremo Tribunal Federal. Esta ação, contudo, embora tenha as mesmas partes, diz respeito a possível crime contra a honra praticado em momento posterior pelo querelado Luan Araújo, quando já exaurido e ultrapassado aquele evento, sendo um desdobramento daquele. A análise meritória, por isso, será estritamente relacionada ao suposto crime contra a honra relativo à publicação de texto pelo querelado no portal digital do *site* do Diário do Centro do Mundo, e o julgamento é para identificar se houve, de fato, abuso na linguagem a configurar crime contra a honra ou, ao contrário, mero exercício regular do direito de expressão.

Assim, registro e repiso que não está em julgamento a posição social das partes, seus gêneros, suas etnias, suas posições políticas ou qualquer fato que não esteja relacionado com o julgamento de crime contra a honra por eventual excesso de linguagem, natureza de delito que é objeto frequente de apreciação por parte deste juiz nesta Vara Especializada na Capital de São Paulo. O magistrado, quando em julgamento, é isento de paixão e deve apenas aplicar a Justiça no caso concreto. Já se afirmou que "o juiz não é nomeado para fazer favores com a justiça, mas para julgar segundo as leis." E é o que será feito por mim, investido da função jurisdicional do Estado.

Passo ao exame do caso.

Cuida-se de queixa-crime ajuizada por Carla Zambelli em face de Luan Araújo, imputando-lhe os crimes de difamação e de injúria, pois este teria publicado em coluna jornalística no *site* Diário do Centro do Mundo (DCM) os seguintes dizeres:

1) "Zambelli, que diz estar com problemas, na verdade está na crista da onda. Continua no partido pelo qual foi eleita, segue com uma seita de doentes de extrema-direita que a segue incondicionalmente e segue cometendo atrocidades



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
AV. DR. ABRAHÃO RIBEIRO, 313, São Paulo-SP - CEP 01133-020
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

atrás de atrocidades.";

2) "Para mim, um homem preto, pobre e com problemas enormes, aquele dia não acabou. Ele faz questão de durar dias e mais dias até hoje. De uma forma cruel. Para ela, uma mulher branca com conexões com pessoas poderosas foi apenas mais um espaço para fazer o picadeiro clássico de uma extrema-direita mesquinha, maldosa e que é mercadora da morte."

Preliminarmente, o querelado aduziu em alegações finais não terem constado ambos os itens supracitados na prova documental juntada à inicial (fls. 38/46). Nesse sentir, verifica-se que a primeira parte constou à fl. 39, contudo, de fato, a segunda parte não constou no referido documento. Anoto, entretanto, ter sido necessário tanto para o juízo de admissibilidade feito naquele momento inaugural, bem como para a apreciação da medida cautelar, verificar a veracidade do referido elemento probatório por meio do *link* apresentado pela querelante no item 46 de fl. 29 e, portanto, a indicação do endereço digital no corpo da inicial foi suficiente e o necessário para a conferência da existência do texto e, por isso, da justa causa. Além disso, a despeito da publicação ter sido retirada do ar por ordem deste Juiz, o documento juntado às fls. 248/250 não deixa dúvidas de que realmente ambos os parágrafos supracitados foram publicados pelo querelado no Diário do Centro do Mundo. Deste modo, fica afastada a ausência de justa causa suscitada pela defesa, não se tendo dúvida da efetiva publicação do texto que é objeto de exame judicial.

Passo ao exame do mérito.

1. Quanto ao crime de difamação (art. 139, do Código Penal).

O objetivo da tutela do crime de difamação é a reputação do indivíduo, a sua boa fama, o conceito que a sociedade lhe atribui. A tutela da honra, como bem jurídico autônomo, não é um interesse exclusivo do indivíduo, mas a própria coletividade interessa-se pela preservação desse atributo, indispensável para a convivência harmônica em sociedade. Quando certas ofensas vão além dos limites suportáveis, justifica-se a sua punição.¹

Em relação ao delito de difamação supostamente praticado no seguinte parágrafo publicado pelo querelado, qual seja: "**Zambelli, que diz estar com problemas, na verdade está na crista da onda. Continua no partido pelo qual foi eleita, segue com uma seita de doentes de extrema-direita que a segue incondicionalmente e segue cometendo atrocidades atrás de atrocidades**", é possível verificar o excesso, hábil a configurar a intenção do querelado de difamar a querelante (*animus difamandi*). Isso porque foram atribuídos fatos negativos à honra da vítima com o intuito de prejudicar sua reputação e imagem perante terceiros, pois os dizeres de que [ela] "segue com uma seita de doentes de extrema-direita" e que "segue cometendo atrocidades atrás de atrocidades" inevitavelmente violaram a honra objetiva da ofendida, sem correlação com a proteção da liberdade de expressão, do direito de informar ou do exercício de mera crítica.

Apesar do argumento defensivo de que a "seita de doentes de extrema-direita" seria quem, de fato, "seguiria cometendo atrocidades atrás de atrocidades", verifica-se que o sujeito das duas orações do referido parágrafo é mesmo a querelante, seja na do início: "**Zambelli, que diz estar com problemas, na verdade está na crista da onda (...)**", como na abertura da segunda

¹ Cézár Roberto Bitencourt, Tratado de Direito Penal, vol. 2, Ed. Saraiva, 2021, p. 471.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
AV. DR. ABRAHÃO RIBEIRO, 313, São Paulo-SP - CEP 01133-020
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

oração em que é utilizado um sujeito oculto para conjugar o verbo "continuar" e, desta forma, nitidamente os termos utilizados pelo querelado se referem à Zambelli, de forma elíptica, pois extrai-se da interpretação gramatical que esta é quem "segue cometendo atrocidades atrás de atrocidades".

A liberdade de expressão, como é cediço, não pode ser entendida como possibilidade de se proferir discurso de ódio, que se configura como violência comunicacional, violência que atinge atributo do próprio ser humano que é sua honra e sua dignidade. O 'hate speech' é o discurso que exprime uma ideia de ódio, desprezo ou intolerância contra determinados grupos ou pessoas, menosprezando-os, desqualificando-os ou inferiorizando-os, motivado por preconceitos ligados à religião, etnia, gênero, orientação sexual, ou mesmo grupos políticos adversários, como se verifica no presente caso.

No que tange às liberdades de expressão e de imprensa e o exercício do direito de opinião, anoto que apesar da proteção constitucional das referidas liberdades, é importante ressaltar que o exercício de ambos os direitos não é ilimitado e absoluto e, portanto, todo abuso e excesso, quando verificadas as intenções de injuriar, de difamar ou de caluniar, poderão ser punidos conforme a legislação penal. Inclusive, nesse sentido é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça sobre a ponderação e a baliza dos referidos princípios quando afrontam direitos da personalidade, nos quais estão incluídos os direitos à honra e à imagem, e a própria vedação de crítica jornalística com o intuito de difamar, injuriar ou caluniar a pessoa:

(...) 1. Liberdade de expressão e de informação em contraponto à proteção aos direitos da personalidade. **O Superior Tribunal de Justiça estabeleceu, para situações de conflito entre tais direitos fundamentais, entre outros, os seguintes elementos de ponderação:** a) o compromisso ético com a informação verossímil; b) a preservação dos chamados direitos da personalidade, entre os quais incluem-se os direitos à honra, à imagem, à privacidade e à intimidade; e c) a vedação de veiculação de crítica jornalística com intuito de difamar, injuriar ou caluniar a pessoa (animus injuriandi vel diffamandi).

1.1. A princípio, não configura ato ilícito as publicações que narrem fatos verídicos ou verossímeis, embora eivados de opiniões severas, irônicas ou impiedosas, sobretudo quando se trate de figuras públicas que exerçam atividades tipicamente estatais, gerindo interesses da coletividade, e a notícia e a crítica referirem-se a fatos de interesse geral relacionados à atividade pública desenvolvida pela pessoa noticiada.

1.2. **Não obstante a liberdade de expressão seja prevalente, atraindo verdadeira excludente anímica, ela não é absoluta, devendo ser balizada pelos demais direitos e princípios constitucionais.** Comprovado, na espécie, que o autor do livro ultrapassou a informação de cunho objetivo, deve preponderar os direitos da personalidade. Dano moral configurado. (...)²

Outrossim, o C. STJ com base em outros precedentes publicou em 09/08/2019, na edição nº 130 do Jurisprudência em Teses, dos "Dos Crimes Contra a Honra", a seguinte tese:

A ampla liberdade de informação, opinião e crítica jornalística reconhecida constitucionalmente à imprensa não é um direito absoluto, encontrando limitações, tais como a preservação dos direitos da personalidade, nestes incluídos os direitos à honra, à imagem, à privacidade e à intimidade, sendo vedada a veiculação de críticas

² STJ. EResp nº 1.771.866. Terceira Turma. Min. Rel. Marco Aurélio Bellizze. Julgado em 12/02/2019.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
AV. DR. ABRAHÃO RIBEIRO, 313, São Paulo-SP - CEP 01133-020
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

com a intenção de difamar, injuriar ou caluniar.³

Nessa ordem de ideias, as liberdades de expressão e de imprensa, conforme os entendimentos supracitados, não são absolutos e encontram limitações quando violam à honra de alguém. Por essa razão, no caso concreto, não há como afastar a intenção do querelado de difamar a querelante, não estando albergado pela imunidade, pois os dizeres de que esta "segue com uma seita de doentes" e de que "segue cometendo atrocidades atrás de atrocidades" excederam os limites do razoável, prejudicando a imagem e a reputação da vítima perante terceiros, não guardando conexão com o exercício de informar ou de mera crítica, consubstanciando em discurso de ódio.

Em julgamento recente de crime contra a honra, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo compreendeu que a imputação de adjetivos como "doente", "descontrolada" e "nojenta" são adjetivos negativos excedentes que caracterizam crime contra a honra⁴. Transferindo o precedente para o presente caso, *mutatis mutandis*, a afirmação sobre fato determinado: "**segue com uma seita de doentes** de extrema-direita que a segue incondicionalmente e **segue cometendo atrocidades atrás de atrocidades**" caracteriza o excesso contra a honra e, por isso, preenche o tipo penal do delito de difamação.

O conteúdo não se ateve a críticas prudentes ('animus criticandi') ou a narrar fatos de interesse coletivo ('animus narrandi'), não consistindo em exercício regular do direito de informação. O que se observa, por isso, foi um excesso praticado pelo querelado em razão do fato anterior, ainda objeto de julgamento, que o motivou ao excesso. A ninguém é dado fazer justiça com as próprias mãos – sobretudo quando o fato ainda pende de julgamento perante o E. STF – e o tom e as palavras ultrapassaram o fato objetivo jornalístico, vulnerando a honra e a imagem sem qualquer conteúdo relevante de informação a não ser a ofensa pura e simples, não constituindo "crítica jornalística" ou "informação relevante". Aliás, rememore-se que o próprio querelado afirmou que nunca publicou, antes, qualquer matéria a respeito da querelante ou algo sobre o tema, o fazendo tão somente por ocasião do fato que se envolveu. E, segundo precedente do E. Superior Tribunal de Justiça acima citado, há vedação de veiculação de crítica jornalística com intuito de difamar, injuriar ou caluniar a pessoa, e é patente o excesso praticado em face da honra da querelante.

³ Julgados: REsp 1771866/DF, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 12/02/2019, DJe 19/02/2019; REsp 1567988/PR, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018; REsp 1322264/AL, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 20/09/2018, DJe 28/09/2018; REsp 1652588/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 26/09/2017, DJe 02/10/2017; REsp 1627863/DF, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 25/10/2016, DJe 12/12/2016; AgRg no AREsp 606415/RJ, Rel. Ministro Marco Buzzi, Rel. p/ Acórdão Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 07/04/2015, DJe 01/07/2015.) (Vide Informativo de Jurisprudência N. 508).

⁴ TJSP; Apelação Criminal 0003266-53.2022.8.26.0477; Relator (a): Laerte Marrone; Órgão Julgador: 2ª Câmara de Direito Criminal; Foro de Registro - 3ª Vara; Data do Julgamento: 30/10/2023; Data de Registro: 10/11/2023.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
AV. DR. ABRAHÃO RIBEIRO, 313, São Paulo-SP - CEP 01133-020
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Não se pode perder de vista que a publicidade destas palavras teve amplo alcance e ecoaram pela sociedade brasileira, tanto que a querelante Carla Zambelli afirmou em seu depoimento que chegou a ser hostilizada em aeroportos e outros lugares públicos com as mesmas palavras proferidas no texto.

Nem se diga que aqui está sendo julgado o evento anterior, a condição das partes, suas etnias ou posições políticas, circunstâncias acidentais que não constituem elementos estruturantes do fato típico. É de se ponderar que nenhuma dessas circunstâncias mencionadas, seja em qual posição que esteja a parte, pode consistir em salvaguarda a alguém para praticar discursos que incitam o ódio e a violência.

Dessa forma, diante do abuso e do excesso em matéria jornalística publicada na *internet*, os quais foram utilizados para atacar publicamente a honra da querelante, anoto ser de rigor a condenação do querelado pelo delito de difamação previsto no art. 139, do Código Penal. Consequentemente, o delito se consumou no exato momento em que a imputação chegou ao conhecimento de terceiros pela notícia publicada na *internet*.

2. Quanto ao crime de injúria (art. 140 do Código Penal).

O crime de injúria diz respeito ao texto: "Para mim, um homem preto, pobre e com problemas enormes, aquele dia não acabou. Ele faz questão de durar dias e mais dias até hoje. De uma forma cruel. **Para ela, uma mulher branca com conexões com pessoas poderosas foi apenas mais um espaço para fazer o picadeiro clássico de uma extrema-direita mesquinha, maldosa e que é mercadora da morte**".

A interpretação gramatical no referido contexto, de fato, compreende-se que não seria necessariamente a querelante a "mercadora da morte", mas a extrema-direita. O próprio querelado Luan Araújo disse, em interrogatório, ter utilizado os referidos termos em razão do período pandêmico, em que, segundo sua opinião crítica, "o antigo Governo Federal comercializou a vida humana ao conduzir a crise da pandemia em decorrência da COVID-19." Deste modo, não se verifica no referido parágrafo a intenção do querelado de injuriar (*animus injuriandi*) e de violar a honra subjetiva da vítima, pois embora haja referência à querelante, os adjetivos foram direcionados para outrem.

Nessa toada, como fundamentado no próprio precedente do C. Superior Tribunal de Justiça supracitado, os referidos dizeres não foram afirmações que violaram os direitos da personalidade da querelante, nem da sua honra, nem da sua imagem, pois trataram-se de opiniões que, embora severas e ácidas, dizem respeito à atuação do Governo Federal durante a pandemia e, por isso, não se constata a intenção do acusado de ofender diretamente a honra subjetiva da querelante e, consequentemente, de praticar o delito de injúria em face dela.

Deste modo, inexistindo dúvida de que no segundo parágrafo a crítica não foi pessoalmente direcionada à querelante, mas à "extrema-direita", nota-se ser de rigor, nestas circunstâncias fáticas, o acolhimento da tese defensiva de que devem ser respaldadas as liberdades de expressão e de imprensa e, ainda, de opinião do acusado, pois nos referidos dizeres os argumentos foram proferidos em face de um movimento político (extrema-direita) e não da pessoa da querelante que promove esta ação. Por essa razão, é de rigor a absolvição do querelado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
AV. DR. ABRAHÃO RIBEIRO, 313, São Paulo-SP - CEP 01133-020
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

em relação ao crime de injúria.

No mais, anoto que os depoimentos judiciais colhidos na audiência de instrução e julgamento, das duas testemunhas de acusação, na verdade, trataram mais do fato ocorrido em 29 de outubro de 2022, do que dos próprios objetos desta queixa-crime e, por esse motivo, tendo em vista que a análise estava pautada principalmente na interpretação das duas passagens publicadas na matéria jornalística em questão, não houve a necessidade de abordá-los nesta fundamentação.

3. Quanto ao pedido de dano moral.

Em relação à reparação dos danos morais causados à vítima, anoto não ser possível verificar com acuidade o montante do prejuízo sofrido, pois não juntados quaisquer documentos a este respeito, portanto, deixo de fixá-los nos termos do art. 387, IV, do Código de Processo Penal e do entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.585.684/DF, sem prejuízo de eventual apuração em âmbito cível, nos termos do art. 63, *caput* e parágrafo único, do referido Código Processual.

4. Quanto à dosimetria da pena.

Por fim, diante da parcial procedência do pedido condenatório, passo à dosimetria e à fixação da pena nos termos dos arts. 58 e 69, do Código Penal.

Respeitado o sistema trifásico, na primeira fase, considerando as consequências do crime, em que houve repercussão nacional quanto às palavras difamatórias, atingindo e influenciando outras pessoas a replicarem os dizeres, é de se majorar a pena em razão desses efeitos amplificadores do delito. Na inexistência de outras circunstâncias judiciais relevantes, fixo a pena-base em 6 meses de detenção e de 21 dias-multa, na menor unidade vigente.

Na segunda fase, não há circunstâncias atenuantes, nem agravantes, mantendo-se a pena fixada na primeira fase.

Na terceira fase, há a causa de aumento de pena prevista no art. 141, inciso III, do Código Penal, pois o delito foi praticado pela *internet*, com a publicação da matéria jornalística em um *site* de notícias e, conseqüentemente, foi um meio que facilitou a divulgação do crime de difamação ocorrido em face da querelante. Deste modo, a pena deve ser aumentada em 1/3 e, assim, **fixo em definitivo a pena em 8 meses de detenção e 28 dias-multa**, na menor unidade vigente, e em regime aberto, nos termos do art. 33, §2º, "c", combinado com o art. 59, III, do Código Penal.

Não sendo o caso de reincidência específica, o querelado faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por uma restritiva de direito, o qual arbitro a **prestação de serviço à comunidade**, nos termos do art. 44, §§ 2º e 3º, do CP e art. 46 do mesmo diploma repressivo.

A prestação de serviço à comunidade dar-se-á em **entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos** e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais, a ser definido no momento da execução. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas à razão de uma hora de tarefa por dia de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
AV. DR. ABRAHÃO RIBEIRO, 313, São Paulo-SP - CEP 01133-020
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

condenação, fixadas de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho.

Do Dispositivo Jurisdicional.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido condenatório formulado por **CARLA ZABELLI SALGADO DE OLIVEIRA** para:

(a) **condenar** o querelado **LUAN ARAÚJO** como incurso no crime de difamação previsto no art. 139, do Código Penal, com a incidência da causa de aumento prevista no art. 141, III, do referido Código, **à pena de 8 meses de detenção e 28 dias-multa**, na menor unidade vigente, em regime aberto, **substituída** por uma pena restritiva de direito consistente na **prestação de serviço à comunidade**, em entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, devendo ser cumprida à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, fixadas de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho.

(b) **absolver** o querelado **LUAN ARAÚJO** em relação ao delito de injúria, art. 140 do Código Penal, nos termos do art. 386, III, do Código de Processo Penal.

Tendo em vista a pena aplicada, **concedo** ao querelado o direito de recorrer em liberdade desta sentença, porquanto respondeu ao processo nesta condição e estão ausentes os fundamentos da prisão preventiva.

Após o trânsito em julgado, **lance-se** o nome do querelado no rol dos culpados, **comunicando-se** a condenação do acusado ao Tribunal Regional Eleitoral, nos termos do art. 15, III, da CF. Outrossim, após o trânsito, **intime-se-o** para cumprimento da pena restritiva de direito e o pagamento da multa.

Caso haja interposição de recurso, anoto que tratando-se de ação penal privada, e não sendo caso de Justiça Gratuita, nos termos do Comunicado nº 1531/2021 e artigo 699 das NSCGJ, o preparo de 100 UFESPS deverá ser recolhido, observando-se o prazo previsto no artigo 42, §1º, da Lei nº 9.099/95. O valor das UFESPS deverá corresponder àquele vigente na data da interposição do recurso. Caso tenha havido recolhimento prévio, quando do ajuizamento, deverá a própria parte complementá-lo, para atingir o valor atual das UFESPS.

Sem condenação em custas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95.

P.R.I.C.

São Paulo, 05 de junho de 2024.

Fabricio Reali Zia
Juiz de Direito

(assinado digitalmente)